

CANGAÇO – VIOLÊNCIA NO SERTÃO DO NORDESTE

Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros

Doutorado em Ciências Sociais – PUC/SP

Pós-Doutorado em Antropologia – UNICAMP e em Ciência da Literatura - UFRJ

Professora Aposentada da UFRJ e da UERJ

professoraluitgarde@gmail.com

RESUMO

Análise do cangaço como uma modalidade de violência, com algumas características de cultura regional – Nordeste. Conjuntura internacional e nacional: fim da primeira guerra mundial e levantes tenentistas no Brasil. Ênfase no mundo sertanejo (1917 – 1938), com êxodo de populações tangidas pela violência da guerra entre duas concepções de mundo, em sete Estados. Características da cultura sertaneja, honra e valentia constituem a épica dessa saga, cujo epílogo coincide com a eclosão da segunda guerra mundial. Flashes de violência no mundo contemporâneo globalizado.

Palavras-Chave: Cangaço. Cultural Regional. Memória. Violência.

CANGAÇO - VIOLENCE IN THE NORTHERN SERTÃO

Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros

Doutorado em Ciências Sociais – PUC/SP

Pós-Doutorado em Antropologia – UNICAMP e em Ciência da Literatura - UFRJ

Professora Aposentada da UFRJ e da UERJ

professoraluitgarde@gmail.com

ABSTRACT

Analyses of *cangaço* as a violence modality with some characteristics of Brazil's northeast regional culture. International and national conjuncture: the end of World War I and the uprisings of lieutenants in Brazil. Emphasis on the *sertanejo* world (1917 – 1938), with populations exodus, in seven states, due to the violence of a war between two different world views. Characteristic of the *sertaneja* culture, honor and bravery constitute this epic saga, whose epilogue coincides with the eclosion of World War II. Flashes of violence in the contemporary globalized world.

Key-Words: Cangaço. Regional Culture. Memory. Violence

Nos oitenta anos da morte de Lampião, o mais famoso cangaceiro do século XX no Brasil, coloca-se no mundo acadêmico a necessidade de debate sobre o fenômeno da violência que, como nos idos de 1916-1938, ocupa as páginas da imprensa, agora escrita, televisionada e nas redes sociais desse início do século XXI.

O mundo noticiado hoje, como no pré-segunda guerra mundial em 1938, é o lugar da violência, manipulada pelos interesses das partes envolvidas nos conflitos por trás do sensacionalismo de um mundo virtual, ocultando dos leitores o foco dos lucros acarretados pela e para a “indústria da guerra”.

Noticiando o Oriente Médio no dia 19 desse mês de maio de 2018, o mundo digital mostra os “confrontos da Faixa de Gaza”, nos 70 anos da Intervenção da ONU, criando campos de concentração para palestinos expulsos de suas terras milenares, para ser criado um país para os judeus sobreviventes dos campos de concentração nazistas! O chamado “confronto” de hoje, na verdade, mostra uma “grande festa dos vencedores” – judeus do mundo inteiro, com seus poderosos exércitos e armamentos de última geração, massacrando populações desarmadas – pessoas com seus filhos no colo, exigindo a devolução das terras de seus antepassados. Nenhum judeu atingido por armas além de pedradas, dezenas de palestinos mortos e centenas de feridos! Para “manter o público atualizado” sobre o poder da tecnologia, o repórter, ou âncora, esclarece que “Israel é um país pequeno do tamanho do Estado de Alagoas”, investindo em “alta tecnologia” e que 45% de suas exportações são “armamentos”.

Nesse clima de ufanismo do “mais forte”, expressão usada por um eufórico jovem em comemoração, o principal desafio é ultrapassar, analiticamente, o teor sensacionalista da imprensa divulgando a angústia humana como mercadoria principal, com o objetivo de “vender projetos e políticas de segurança”, de interesse das fábricas de armas, dos bancos e empresas comerciais, e do mundo político, principalmente num Brasil conturbado pelo noticiário da violência, dos escândalos de corrupção e as eleições para presidência da República, governos estaduais e o legislativo em todos os Estados da Federação.

Numa ampliação do escopo da história num mundo globalizado pelas armas, lucros, escândalos econômicos, ameaças nucleares, crises de refugiados, epidemias, fome, ataques terroristas, tráfico de drogas e cracolândia, celebridades, índice Forbes dos mais

ricos do planeta, ascensão e queda de bolsas de valores e moedas, trans sexualidade e escândalos mundiais de assédio e pedofilia, tenta-se escrever História Nacional e História Regional!

Talvez seja a hora de se retomar o apriorístico de Pierre Vilar, para quem a História é a forma como os seres humanos, na concretude de suas vidas individuais e coletivas, VIVEM todas as mudanças da sociedade em diferentes realidades socioculturais e conjunturais. Nessa perspectiva, a liberdade de imaginação do historiador é mais restrita do que propõem as atuais teorias da pós-modernidade ou multiculturalidade, principalmente na metodologia de pesquisa sobre memória social.

Diferentemente das propostas de Maurice Halbwachs sobre memória social, em “Memória Coletiva” (1990), na análise dos movimentos sociais, trabalho com a teoria de Henri Bergson (1990). Para esse autor, os traumas vividos são superados pela reação do sujeito social sob o impulso de enfrentamento com a dor, aguçando a memória da realidade vivida, enquanto a submissão ao trauma desencadeia esquecimento do sofrimento e incapacidade de reconstrução de seu mundo e seu destino. Enfrentando os obstáculos conjunturais, o homem se torna sujeito da história. Entendo essas assertivas como explicação da resistência humana aos maiores sofrimentos, desencadeando naqueles sujeitos históricos criatividade, coragem e entrega a um projeto de vida coletiva e individual, como a Guerra de Canudos e a Guerra Sertaneja na conjuntura do cangaço de Lampião. Também invoco o existencialismo *Sartreano*, segundo o qual “o importante não é o que a vida fez de você, mas o que você permitiu que a vida fizesse de você”! Nesta perspectiva, os homens, enquanto atores e coautores dos dramas sociais vividos, têm capacidade de intervenção no desenrolar de sua própria existência, sendo importante o estudo de seu desempenho como atores, colocando-se em diferentes papéis, que constituem sua história de vida.

Assim, a singularidade identitária, buscada na História Nacional e Regional, me levou ao entendimento de que, no mesmo ambiente ecológico de secas e fartura da sociedade nordestina da primeira metade do século XX, deu-se a ruptura do universo sertanejo entre duas concepções de mundo. De um lado, setores da sociedade entregues ao mundo do trabalho e do bem proceder, ajuda mútua, valores de honra e defesa de sua forma de vida em paz, de setores dos trabalhadores de média (pequenos proprietários) e baixas camadas, como única forma de sobrevivência, segundo o “homem de bem”. No mesmo

espaço físico e temporal, a concepção de importância do trabalho como o propulsor da vida e da sociedade é totalmente repudiada por estratos sociais de viventes do mesmo sertão, muitos deles contagiados pela ideologia de desfrute dos bens materiais e poder sobre os mais pobres, ostentados pelos “grandes”, como os matutos se referiam à classe dominante. Deu-se assim a divisão inconciliável entre os integrantes do mundo beato de paz e trabalho, atacado pelos apologistas da violência como marco do homem sertanejo, na consecução de seus objetivos de apropriação de todo o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores da terra e da pecuária, artesãos e pequenos comerciantes, na labuta diária pela sobrevivência.

A cultura dos trabalhadores se voltava para o planejamento de uma vida metódica de trabalho, simplicidade no vestir e recusa de gastos com os “engodos do mundo”. Realizavam encontros sociais de apoio mútuo, mutirões em construção de casas, açudes, igrejas, cemitérios, estradas, cisternas e festejos de grandes safras, desenvolvendo rico artesanato de couro, prendas femininas de rendadeiras e bordadeiras, inteligente elaboração culinária com os produtos da terra. Viviam a paz exigida pelos “homens de bem”, para o maior legado às novas gerações – a cultura sertaneja. Festejando seus santos protetores e grandes datas, como casamento e batizado, muitos sertanejos se tornaram exímios *luthiers*, fazendo instrumentos musicais com lenha da caatinga, enquanto consertavam e construíam sanfonas “pé de cabra”, instrumentos de percussão e pífanos, até hoje “marcas identitárias da cultura sertaneja”. Exercendo o poder de crítica aos horrores dos poderosos “fuzis” (autoridades e ricos comerciantes e industriais corrompidos) e “punhais” (cangaceiros), os vates daquele mundo e daqueles tempos foram as vozes que denunciaram, correndo risco de vida, toda a hediondez dos crimes praticados pelos cangaceiros contra populações entregues pelas autoridades à sanha daqueles principais agentes da Indústria do Cangaço – membros das baixas camadas que se corromperam se transformando no braço armado dos poderosos. Na linguagem marxista, esses constituíam o *lumpen* daquela sociedade. Até o fim do cangaço, cordelistas famosos, como Leandro Gomes de Barros, João Martins de Athayde e Francisco das Chagas Baptista, clamaram aos céus e aos “homens de bem”, que acabassem aquele horror contra os sertanejos pobres e remediados que estavam abandonando o sertão e entregando seus bens, depois de terem a família morta, estuprada e seu bens destruídos, às vezes em troca de passagens para fugirem para muito longe, preferencialmente São Paulo. O maior memorialista do Baixo São

Francisco, Ulysses Lins de Albuquerque, contemporâneo desses fatos, afirma que na virada do século XIX para o XX, não havia mais latifúndio em Pernambuco, cujo campo era constituído predominantemente por pequenas propriedades, heranças intergeracionais no fatiamento das sesmarias dos grandes proprietários, todos eles patriarcas de numerosas famílias. Fora da seca, o bando de Lampião, em quase vinte anos de *razia*, produziu o maior êxodo dos sertanejos que, abandonando as pequenas propriedades em busca da sobrevivência longe da violência, contribuíram para a reorganização das terras em latifúndios, o que foi muito bem aproveitado pela classe dominante nordestina nos planejamentos desenvolvimentistas excludentes dos governantes, desde Juscelino Kubistchek até nossos dias.

Na seca de 77 (1877) os governantes do Império criaram a “solução” para a fome, enchendo navios de retirantes famintos para jogá-los na selva amazônica – no Grande Projeto da Exploração da Borracha, sem qualquer proteção de sobrevivência para os seringueiros (a metade morreu vítima das febres, dos ataques de animais e de fome). Manaus resplandeceu com o surgimento de nova classe dominante, enfeitando sua “capital” com os faustos burgueses daqueles tempos da Europa, até que a competição econômica internacional criou “empresas seringalistas” em outras paragens mais lucrativas.

No tempo da SUDENE, Celso Furtado planejou a transferência massiva dos sertanejos da enxada para o Maranhão e para a construção de São Paulo como o maior polo de industrialização do país, no açodamento dos “50 anos em 5”, transformando o Brasil 75% rural em país urbano-industrial. Num congresso organizado por Darcy Ribeiro no IFCS/UFRJ em 1982, perguntei ao grupo Cepalino presente, seguidor do paraibano desenvolvimentista: “Quando os senhores planejaram essa colossal transposição humana para o sudeste brasileiro, construíram moradias, hospitais, escolas e creches, além de escolas capazes de transformar homens e mulheres analfabetos do eito, em operários tecnicamente capazes para a indústria? E eles atônitos apenas balançavam a cabeça em negativa. Incomodado, Darcy me acenava para “manerar”, quando retuquei à elogiada equipe: Então os senhores forçaram aqueles sertanejos a ocuparem morros, periferias, subúrbios distantes, determinando aceleradamente o surgimento de super-habitadas favelas e palafitas, constituindo, já naquela data (1982), o exército de reserva do tráfico que ensaiava substituir as associações de moradores que combateram a

ditadura, por traficantes e bicheiros. Os resultados de tais políticas transbordam nos noticiários atuais - as desgraças dos descendentes daqueles transplantados ocupando as estatísticas de homens e mulheres entregues ao tráfico e às milícias, no maior índice de assassinatos de jovens pobres, da história do país. Nas manifestações de 2013 contra os aumentos de passagens dos transportes e denúncias dos estarrecedores gastos e expulsões de moradores para as obras das Olimpíadas e Copa do Mundo de futebol, sob os gritos de “Cadê Amarildo”, lá estavam os filhos, netos e bisnetos dos sertanejos retirados “de sua terra natal” pelo desenvolvimentismo dos anos 1950. Assisti em assembleia na UERJ o desalento de jovens, no século XXI, cantando em Funk a certeza de que também seriam assassinados e desaparecidos. Lembrei-me comovida dos cordelistas gritando ao mundo o desespero dos sertanejos abandonados pelos governantes e entregues ao sadismo enlouquecido dos bandos de Lampião.

Como a economia mundial gerada pelo tráfico de drogas (ópio) naqueles inícios do século XX se concentrava no maior mercado do mundo – a China, os cangaceiros eram legalmente fregueses da amena e “típica cachaça nordestina”. Embriagada, a cabrueira enlouquecia na criatividade de torturas jamais presenciadas pelos matutos, porém registradas por intelectuais como Leonardo Mota, em rigorosa pesquisa, divulgada em seus livros: *No tempo de Lampião* e *Paisagens das Secas*, transcrevendo nesse último, versos da literatura de cordel sobre o cangaço. É um resgate da memória coletiva e individual daquele período.

Os que sonhavam “viver no meio dos grandes” e até ser “governador do sertão”, título exigido por Lampião frente aos pobres sertanejos submetidos à tirania do “Rei do Cangaço”, exerciam todas as formas de violência para garantir domínio sobre populações desarmadas e nunca vistas pelos poderes do Estado como cidadãos brasileiros. Os cangaceiros se imbuíram da naturalidade de sua decisão de saquear toda a produção sertaneja de alimentos, roupas, cavalos, gado vacum e caprino, miuçalhas de porcos e galinha, exigindo a entrega de todos os vinténs, cruzados ou contos de réis, joias e bens de família, além de haver incendiado dezenas de descaroçadores de algodão, fazendas e pequenos laticínios. A poupança do matuto pobre foi dilapidada por uma turba de celerados que incendiavam o que não podiam carregar, sendo responsáveis pelo fim da economia familiar, no sertão. Até o costume de preservação de sementes para o plantio do ano seguinte, ou alimento se houvesse seca, foi destruído pela sanha

da rapinagem que exterminava qualquer chance de reconstituição do mundo onde instauravam a morte e a destruição. Reconhecendo essa análise do legado do cangaço, Alcino Alves Costa, em seu importante livro “Lampião Além da Versão: mentiras e mistérios de Angico”, lista as três pragas destruidoras do mundo sertanejo: SECA, CANGAÇO e FUXICO.

Transcrevo trechos do Verbete CANGACEIRO, de minha autoria, publicado em “Dicionário da terra”, obra organizada pela professora Márcia Motta, da Universidade Federal Fluminense, 2005.

Considerando-se coragem, trabalho e honra o trinômio estruturante dos códigos culturais sertanejos na constituição da categoria “homem de bem”, pode-se definir o cangaceiro como um ator social que, portador de coragem, porém recusando o fator trabalho, transforma essa coragem em mercadoria, inviabilizando aquela categoria, de quem se constitui elemento desestruturante. No sertão, ao homem remediado (pequeno proprietário de terras e algumas cabeças de gado) e aos totalmente despossuídos (trabalhadores do alugado), o trabalho era a única condição de sobrevivência com honra, fora da submissão à violência patronal, organizada em cabrueiras (bandos armados de homens valentes) a serviço da defesa das propriedades, da família e da honra dos senhores abastados. Esses bandos eram elementos essenciais na disputa de poder entre os chefes dos partidos políticos, em eleições sangrentas, com invasão de cidades para deposição de chefes políticos rivais. Como os jagunços, os cangaceiros são o braço armado da patronagem, distinguindo-se daqueles por algumas características, entre elas a vestimenta, o “chapéu quebrado na testa” e a frequência com que muitos cabras (membros de cabrueira) organizavam-se com o uso da violência para fins de ganhos econômicos; isto é, muitos chefes não pertenciam à classe dos grandes proprietários e mantinham temidos grupos de cangaceiros assaltando nas estradas, atacando fazendas e povoados.

Em 1926 o Estado Brasileiro enfrentava a crise dos levantes tenentistas, principalmente a Coluna Prestes em sua marcha desde o Rio Grande do Sul, já entrando no Nordeste Brasileiro convulsionado pelo “mundo do cangaço”. Na Chapada Diamantina bancos europeus se instalavam em Lençóis, atraídos pelos lucros fabulosos da exploração do diamante e dos “negócios de venda e transporte internacional e local de armas” para as famosas guerras entre senhores com suas cabrueiras de “jagunços”, na disputa pelos melhores garimpos, tanto de pedras preciosas como de vários metais. Registro histórico precioso desse universo quando da chegada da Coluna no Médio São Francisco, é o livro do jornalista e grande memorialista baiano Walfrido Moraes, em seu livro “Jagunços e Heróis” (1991).

Sua leitura é obrigatória para se entender minha perspectiva de análise do cangaço e da morte de Lampião, num entrelaçamento de vínculos sócio-políticos- econômicos de longa e extensa duração, no estabelecimento e desdobramentos do sistema sócio cultural iniciado na modernidade. Desde a “acumulação pré-capitalista” (Rosa Luxemburgo), mas, principalmente em países colonizados, após a revolução industrial, processos de dominação econômica, política e de controle das populações se instauram em locais e épocas variadas, até o mundo contemporâneo, às vezes repetindo estratégias de enfraquecimento do Estado. Entrevistando, em Santana do Ipanema, meu padrinho de batismo – Pedro Agra, na década de 90 do século passado, fui informada que aquele senhor, várias vezes delegado do município, no tempo de Lampião era funcionário de uma firma alemã, com indústria de produção de óleos, sediada em Salvador, SANBRA. Segundo seu relato, o algodão naquele período era o principal recurso da região sertaneja do Nordeste, sendo plantado em todos os municípios, com variados aproveitamentos, o que diversificava a economia regional. Colhido, o algodão de nosso município era dividido para diferentes destinações: encaminhado para as usinas de descaroçar algodão, separava-se a lã, vendida para as fábricas têxteis de Sergipe, sendo a mais famosa a Fábrica Passagem. O caroço do algodão, por sua vez, era guardado como semente para o plantio do próximo ano, misturado com a palma forrageira para alimentação do gado, e vendido para a transformação em óleo, à SANBRA. Impressionou-me a narrativa do depoente, com a informação de que todos os funcionários da empresa, para se deslocarem por todo o sertão comprando o produto, tinham de portar salvo-conduto de Lampião, para não serem atacados por seus bandos. Naquele período me perguntava: Quem fazia as mediações entre o bandido da caatinga e os empresários daquela indústria? Que agentes organizavam a impressão dos salvo-condutos, com a relação de todos os funcionários da empresa nos sete Estados percorridos pelos cangaceiros? Aquela estratégia era produto do gênio Lampião, ou um método de desmonte progressivo da principal característica do Estado Moderno, “o monopólio do uso da força física” (Max Weber), progressivamente substituído por tropas mercenárias a serviço dos interesses econômicos dominantes, numa racionalidade empresarial de “apropriação do Estado” (Gramsci)? Neste início do século XXI, esse processo se repete, agora não mais usando cangaceiros, mas milicianos que, desde a morte da vereadora Marielle, são objetos de preocupação dos ministros do Supremo Tribunal Federal, pela suspeita de que essas empresas que “vendem segurança” nas grandes cidades, principalmente controlando as grandes povoações da pobreza urbana,

como favelas, periferias e Baixada Fluminense, estejam se apropriando das eleições para o legislativo no Brasil. O que foram e são, no desenvolvimento capitalista em cada fase, até à mercadorização da humanidade na atual financeirização do mundo - gendarmes, guardas pretorianas, cangaceiros, pistoleiros, agências de segurança privada pertencentes a bancos, empresas e firmas privadas vendendo segurança, milícias? Onde começa a legalidade de forças que substituem a “obrigação do Estado de proteção dos cidadãos, exercendo o monopólio do uso da força física”? A entrega do povo desarmado que trabalha, ao arbítrio de agentes históricos destituídos do compromisso de paz para a humanidade como condição de sobrevivência da espécie, é “banditismo rural ou urbano”? Que denominação dar a seres armados, sem lei, sem pátria, garantindo a paz aos povos, por determinação até da ONU?

Dois outros livros essenciais à análise do fenômeno violência do cangaço que desenvolvo, são: *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)* – de autoria de Lourenço Moreira Lima e, do jornalista Lourival Coutinho – *O General Góes Depõe...*, ambos excelentes relatos sobre aquele período da história nacional. Através da leitura dessas obras mergulhamos no entrelaçamento mais promíscuo entre Estado (e sua sobrevivência), Cangaço, Jagunços, Coronéis, Economia, Política e, em sua luta pela sobrevivência, a População açoitada pelas guerras entre os poderosos com seus “exércitos de manobra”. O depoimento do General Góes explicita estratégias do Estado, no combate à Coluna Prestes em 1926, como a constatação feita por ele, do método de guerra móvel da Coluna, contra a guerra fixa desenvolvida por seus perseguidores, as tropas do governo, derrotadas pela Coluna desde o Rio Grande do Sul. O General registra o fracasso do Marechal Rondon, General Bertold Klinger e General João Gomes, substituído pelo General Mariante, que requer o professor de Estratégia da Escola de Estado Maior do Exército – Capitão Pedro Aurélio de Góes Monteiro, como seu ajudante de ordem, para enfrentar a empreitada. Chegando de navio à Bahia, onde a Coluna penetrara, o capitão é alertado para a proximidade de Canudos, o que desperta no estrategista reflexões sobre a quase derrota do exército frente às estratégias dos seguidores de Antonio Conselheiro, concluindo: os jagunços desenvolveram naquele confronto táticas de guerra móvel, identificando igual procedimento na Coluna. Naquele momento toma a decisão de criar “tropas aligeiradas” de cangaceiros e jagunços dos potentados da Chapada Diamantina, como Horácio de Matos, que recebe patente de General, para colocar sua cabrueira de cinco mil homens, no encalço da Coluna. Como

desdobramento da estratégia, propõe ao Ministro da Guerra – Setembrino de Carvalho e ao Presidente Arthur Bernardes, a concessão de patentes aos “bandidos mais facínoras, chefões de faces patibulares”, fornecendo-lhes patentes do exército, armas e dinheiro para constituir “batalhões facinorosos”, capazes de impor derrota ao movimento tenentista, exterminando a Coluna.

Entrevistando Luiz Carlos Prestes em 1983, perguntei-lhe se o Padre Cícero dera patente de capitão ao cangaceiro Lampião para persegui-lo, ouvindo como resposta que Bernardes e Setembrino não poriam nas mãos de “um humilde pároco de aldeia o destino do poder no país”! Ordenou-me que fosse “uma pesquisadora, indo trabalhar os arquivos do Clube Militar na Cinelândia”, onde encontraria todas as Atas dos debates naquele episódio, aconselhando-me a ler o livro assinado por Lourenço Moreira Lima, que ele nomeou escrivão da coluna, e para quem ditou as explicações sobre esse tema.

Afirmou ter sido Padre Cícero o homem que mais o tratou com respeito no tempo da Grande Marcha, enviando-lhe uma carta por portador, onde mostrava a ingenuidade de suas boas intenções, aconselhando-o a cessar aquela luta tão sangrenta e depor as armas, que ele lhe garantiria a vida no Juazeiro. Encontrei cópia da carta assinada pelo Padre Cícero no Arquivo dos Salesianos em minhas pesquisas para o Mestrado, e anexei-a como Anexo 1 na tese de doutorado, sobre cangaço.

Na terceira edição (2018) do livro *A Derradeira Gesta Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão* (minha Tese de Doutorado em 1997), escrevi o texto “Entre Fuzis e Punhais”, inspirado em obras de cordelistas sertanejos como Leandro Gomes de Barros, Francisco das Chagas Baptista, Pedro Batista, João Martins de Athayde, Arievaldo Vianna e Geraldo Amancio. Viventes do Nordeste, os quatro primeiros autores nos séculos XIX e primeira metade do XX servem, como expressão do povo mais atingido pela violência do cangaço, para as obras de Arievaldo e Geraldo Amancio, poetas-vates contemporâneos que denunciam, como já o fizeram Patativa do Assaré e tantos outros, o sofrimento atual das populações pobres nordestinas, tanto na terra natal como no “mundão para o qual são atiradas” pelas vicissitudes da governabilidade brasileira.

Desafio lançado pelo edital da revista “Ponta de Lança – Revista de História, Memória e Cultura”, escrever artigo para o Dossiê 80 anos da Morte de Lampião: Releituras do

Cangaço, explica meu atrevimento em escrever sobre o tema cangaço e memória, teoricamente muito bem analisado no livro do professor Antônio Fernando de Araújo Sá, *O cangaço nas batalhas da memória*, e as comentaristas da obra, Tatiana Cíntia da Silva, e Maria Aparecida Silva Ribeiro nas revistas *Visioni LatinoAmericane* nº 7, *Luglio* 2002 e *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v 5. Os debates teóricos travados no livro e nessas duas revistas ilustram a atual perspectiva acadêmica de confronto de novas teorias, como Multiculturalidade ou Pós-Modernidade, em dominância na formação científica de estudantes de História, Ciências Sociais e Comunicação, principalmente na pós-graduação, considerando eventos de que tenho participado nos últimos anos, nessas três modalidades do conhecimento.

Sendo minha formação e especialização em Antropologia, centro a maior preocupação nos métodos de pesquisa de campo, sempre partindo da etnografia, isto é, a valorização maior do conhecimento da sociedade, buscando entender como a vivem e explicam seus membros, nos menores detalhes do cotidiano e sua simbologia, principalmente em sociedades quase ágrafas, como a população rural objeto do estudo do cangaço. Naquela conjuntura, os “letrados” eram principalmente sacerdotes, juízes, advogados, rábulas e médicos (preenchendo todos esses nas cidades e vilas a função de professores de latim, matemática, paleografia, filosofia). Considero a circulação de notícias veiculadas pelos cantadores de feira e, já no tempo de Lampião, pelos cordelistas, os melhores depoimentos sobre a visão dos analfabetos (logo, os mais pobres da sociedade), representados sempre como as maiores vítimas da violência do cangaço. Enfatizo a inexistência, até o fim de Lampião, de cordéis apoiando a ação dos cangaceiros e seu chefe. Colocado em julgamento face a Antonio Silvino, Lampião vai sempre para o inferno, o que demonstra que, num processo de “memorização” voltada para “recriar” a figura do poderoso Rei do Sertão, a liberdade poética, progressivamente vai manipulando a história até que, em 80 anos, as virtudes de Silvino, cantadas pelos vates daquela conjuntura, contemporaneamente são lidas nas universidades e na imprensa, como características de Lampião. Como se explicar então, numa sociedade hegemonicamente católica, que o julgamento da sociedade objeto da violência encontre alguma virtude em Antonio Silvino, que o leva para o purgatório, enquanto Lampião vai sempre punido com o castigo eterno do inferno?

Vivendo no Rio de Janeiro e São Paulo, a geração 68, pude analisar a influência da imprensa na disseminação de ideias de “rebeldia”, tanto quanto a submissão da maioria da intelectualidade aos apriorísticos das teorias europeias e norte americanas, sem maior senso crítico de submetê-los à análise da realidade brasileira, que passa a ser analisada segundo categorias elaboradas lá fora, como “bandido social”, “messianismo”, que levaram Eric Hobsbawm à categoria de maior historiador, tendo suas teorias aplicadas a todos os estudos de religião, e de cangaço! Cangaceiro é bandido social, e catolicismo popular é fanatismo e messianismo. É como se tivesse caído a maldição sobre o Brasil contemporâneo, impedindo que os brasileiros criassem teorias sobre seu povo, o que representa a volta aos tempos de Nina Rodrigues, apagando-se o período de intelectuais como Manoel Bomfim, que elaborou explicações para a sociedade brasileira, dentro da realidade da América Latina.

No livro *As Táticas de Guerra dos Cangaceiros*, utilizando todos os chavões da chamada “esquerda festiva”, sua autora, Maria Christina Matta Machado, nem pesquisou os arquivos da polícia de Alagoas. Acusa o Coronel José Lucena Albuquerque Maranhão, comandante das tropas de combate ao banditismo em Alagoas, responsável pelo extermínio de Lampião, e comandante da volante que matou José Ferreira, de ser da polícia de Pernambuco, pago por José Saturnino, para ir a Alagoas matar o pai de seu inimigo Lampião.

Considerando da maior importância as atuais metodologias de pós-graduação, nas exigências de aprendizado de todas as teorias prestigiadas por revistas acadêmicas de Qualis A, B etc., considero fundamental que, concluído o doutorado, os intelectuais se dediquem ao esforço de aplicar seu vasto conhecimento teórico, muito mais em conhecer concretamente (o aparente e o subjacente) dos fenômenos sociais, principalmente se conhecendo a intencionalidade da comunicação como mercadoria.

Frederico Pernambucano de Melo cria a expressão “escudo ético” para explicar a justificativa de Lampião para sua entrada no mundo do cangaço – vingar o assassinato de seu pai e sua mãe, pelo então tenente Lucena Maranhão. As pesquisas em cartórios em Alagoas (Água Branca e Mata Grande) mostram documentos dos anos 1917 a 1919, em que Lampião já está relacionado como cabra dos Porcino, bando de cangaceiros atacando fazendas e povoados no município de Santana do Ipanema, aparecendo, com a morte dos Porcino, antes de 1920, comandando grupo cangaceiro com seus parentes

Matilde. No cartório de Água Branca se encontra o atestado de óbito de José Ferreira, em minha perspectiva vítima das ações de seus filhos cangaceiros, quando em 5 de maio de 1921, Lampião, já comandante de grupo cangaceiro ataca o povoado de Pariconha, saqueando tudo, matando um jovem cego de 16 anos, e levando o produto do saque para a Fazenda onde se hospedava seu pai já viúvo. Já famoso matador de cangaceiro nas caatingas do sertão de Alagoas, chega o tenente Lucena em Pariconha, no rastro dos cangaceiros e é informado da direção tomada pelos saqueadores. Em nove dias de caçada, tenente Lucena chega no dia 18 de maio de 1921 à Fazenda Engenho, propriedade de Fragoso, onde se escondia o já viúvo José Ferreira, pacificamente debulhando milho, talvez ignorando que o filho escolhera aquele local para esconder o produto do saque. O Comandante da tropa invade a fazenda atirando, sem dar voz de prisão a quem estava na casa, encontrando desarmados os cadáveres dos dois únicos ocupantes. Lampião já se encontrava distante, fugindo da perseguição, o que torna obrigatória a pergunta: Por que escolhera justamente Alagoas, onde era caçado desde o fogo do Chicão, há três ou quatro anos, para esconder os pais em busca de paz, visto que já haviam perdido a primeira e a segunda propriedade, tornadas inabitáveis pelas inimizades dos filhos? Na travessia de Pernambuco para Alagoas falecera Maria Lopes, mãe do cangaceiro.

Constata-se, pela história documental e oral, a capacidade de Virgulino Ferreira, de manipulação de fatos e datas, na construção de seu próprio mito de honrado vingador, identidade sertaneja de seu tempo. Recusando a nomenclatura “ladrão”, abominação nos códigos sertanejos, assim justificava os assaltos: Peço praque perciso!!!!!!!!!!!!!!

Também grande contribuição à história do cangaço, Pernambucano de Melo conseguiu, a partir de pesquisa dos bilhetes de extorsão de dinheiro dos sequestrados pelos grupos de Lampião, fazer contabilidade das vultosas quantias que o cangaço extorquiu da economia sertaneja. Estudando a atuação de Octavio Brandão como intendente da Capital da República, pelo Partido Comunista na década de XX do século passado, encontrei em seus discursos na Câmara Municipal, relatório das verbas da Prefeitura destinadas a saúde e educação na cidade, denunciando os gastos do mesmo órgão na construção do Jôquei Club. Comparando as cifras encontradas por Pernambucano de Melo, somando os saques em dinheiro extorquido anualmente das vítimas, pelos cangaceiros e seu chefe Lampião, com as denúncias de Octavio Brandão, verifiquei que

a cabrueira destruía anualmente, da economia gerada no sertão, os mesmos recursos anualmente gastos em saúde e educação no Rio de Janeiro, Capital da República.

Em minhas pesquisas sobre o cangaço privilegiei como objetos de estudo não os sertanejos que emigraram para outras paragens em busca da sobrevivência, mas aqueles que, se considerando legítimos donos de seus bens materiais e imateriais, se organizaram em defesa de seus princípios e de suas formas de vida, para enfrentar a violência do cangaço, transformando-se também eles em violentos guerreiros.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. **Um Sertanejo e o Sertão**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

AMANCIO, Geraldo. **Lampião rei do cangaço**. Fortaleza: Editora IMEPH, 2015.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A Derradeira Gesta Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão**. 3ª edição, Rio de Janeiro: MAUAD X Ed, 2018.

_____. **Juazeiro do Padre Cícero a Terra da Mãe de Deus**. 3ª edição, Fortaleza: Editora IMEPH, 2014.

_____. (Org) **Octavio Brandão – Centenário de um Militante na Memória do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, UERJ, Cultural – SR3: Arquivo Público, 1996.

_____. Cangaço e Memória. In. **Revista Educação em Debate** - Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Ano 21, V.1, nº 37. Fortaleza, 1999.

_____. Cangaceiro – Verbete In. MOTTA, Márcia (Org) **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

Barroso, Gustavo. **Almas de Lama e de Aço**. São Paulo: Melhoramentos, 1930.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória. Ensaio Sobre a Relação do Corpo com o Espírito**. São Paulo: Livraria Martins Fonte Ed. 1990.

COSTA, Alcino Alves. **Lampião Além da Versão – Mentiras e Mistérios de Angico**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe/Secretaria do Estado da Cultura de SE, 1996.

COUTINHO, Lourival. **O General Góes Depõe**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1956.

DENZIN, N.K, - Interpretando as Vidas de Pessoas Comuns: Sartre, Heidegger e Faulkner. In. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: IUPERJ, V. 27, nº 1, 1984.

- DÓRIA, Carlos Alberto. A Tradição Honrada (a honra como tema de cultura e na sociedade ibero-americana). In. **Cadernos Pagu – Sedução, Tradição, Transgressão**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, (2) 1994.
- FERRAZ, Marilourdes. **O Canto do Acauã**. Recife: Editora de Guias Especiais Ltda, 1985.
- FRANCO, M. S. de Carvalho. O Código do Sertão: um estudo sobre violência no meio rural. In. **Dados**. Rio de Janeiro: IUPERJ, nº 5, 1968.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice Editora – Revista dos Tribunais, 1990.
- HOBBS, E. J. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- _____. **Rebeldes Primitivos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1968.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 1994.
- LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes (Marchas e Combates)**. São Paulo: Ed Alfa-Ômega, 1979.
- MATTA MACHADO, Maria Christina. **As Táticas de Guerra dos Cangaceiros**. 2ª edição, São Paulo: Ed Brasiliense, 1978.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol o Banditismo no Nordeste do Brasil**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1985.
- MORAES, Walfrido. **Jagunços e Heróis**. Bahia, Empresa Gráfica da Bahia/Ipac, 1991.
- MOTA, Leonardo. **No Tempo de Lampião**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967.
- PORTELLI, H. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1987.
- PROENÇA, Ivan Cavalcanti. **A Ideologia do Cordel**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Plurarte Editora, 1982.
- VIANNA, Arievaldo. **Leandro Gomes de Barros O Mestre da Literatura de Cordel Vida e Obra**. Fortaleza – CE: Edições Edições Sintaf, 2014/Mossoró – RN: Queima – Bucha, 2014.
- VILAR, Pierre. **Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica**. Lisboa: Ed. Presença, 1982.

Recebido em 02 de maio de 2018.

Aprovado em 15 de junho de 2018